

# Dr. James S. Spiegel, Ética Cristã, Sessão 8, Ética da Lei Natural

© 2024 Jim Spiegel e Ted Hildebrandt

Este é o Dr. James S. Spiegel em seu ensinamento sobre Ética Cristã. Esta é a sessão 8, Ética da Lei Natural.

Certo, então, tendo discutido a Teoria do Comando Divino, vamos olhar para outra grande tradição teológica na teoria moral, que é a ética da lei natural.

Este remonta especialmente a Agostinho e Tomás de Aquino, mas as raízes da ética da lei natural remontam à Grécia antiga, à filosofia socrática, especialmente Aristóteles, e aos estoicos. Então, aqui está um resumo de alguns dos principais temas da ética da lei natural. Começamos com a ideia de que tudo tem um telos, um propósito, um objetivo ou uma função.

Isso certamente se aplica a objetos feitos pelo homem, relógios, sapatos, navios e tudo o mais que fazemos. Você sabe, essas coisas têm um propósito, um fim, uma função que elas supostamente devem servir. Mas isso também inclui seres humanos, a ideia de que os seres humanos têm uma função ou um propósito, que é algo claro na teologia cristã.

Deus fez os seres humanos de uma certa maneira. Ele fez nossos órgãos de uma certa maneira para servir a vários propósitos. E se olharmos atentamente para a maneira como fomos projetados e nosso plano de design, podemos essencialmente inferir dessas várias funções certas verdades morais.

Então, a fonte do telos de cada objeto natural e ser humano é Deus. Ele fez o mundo para ser um sistema funcional e racional. Ele projetou todas as coisas que fez para certos fins.

Então, o que podemos inferir disso é que há certas leis naturais. E algumas delas são descritivas, e outras são prescritivas. Na física, por exemplo, podemos falar sobre várias leis da gravidade, a lei do inverso do quadrado, as leis da termodinâmica, as forças nucleares forte e fraca, a constante de Avogadro.

Todas essas regularidades na natureza são criadas por Deus para servir a certos propósitos, para tornar a vida como a conhecemos possível. Então, chamamos isso de leis naturais ou leis da natureza. Mas também há leis prescritivas que nos dizem como devemos agir, que tipos de comportamentos devemos adotar e que tipos de conduta serão mais benéficos para nós.

Então essa é a lei natural. E conforme observamos essas leis morais naturais ou prescrições, as coisas tendem a ir bem para nós. Mas conforme nos desviamos, então as coisas tendem a ir mal.

E, novamente, isso tem a ver com o quão bem estamos cumprindo nosso telos, ou nosso plano de design em termos de nossa conduta. Então, se mentimos, trapaceamos, roubamos ou nos comportamos sexualmente mal, e violamos essas prescrições naturais, as coisas vão mal para nós. Há consequências ruins e consequências dolorosas.

Agora, somos capazes de descobrir essas leis naturais porque Deus nos fez racionais; fomos feitos à imagem de Deus, e então ele, por assim dizer, ajustou nossas mentes para estarmos alertas a essas várias leis naturais e como devemos viver em um sentido geral. Como Aquino coloca, conhecemos nossos fins básicos, e essas coisas incluem autopreservação, buscar entendimento, educar nossa prole e evitar prejudicar ou ofender os outros. Agora, essa abordagem à ética não é apenas filosófica, mas também teológica.

Há, de fato, raízes bíblicas. Nós as encontramos em Romanos 1, Salmo 40, Jeremias 31, Romanos 2, Hebreus 8 e alguns outros lugares. Aqui está uma passagem-chave em Romanos 2, onde Paulo escreve, quando os gentios, que não têm a lei, fazem por natureza coisas exigidas pela lei, eles são uma lei para si mesmos, mesmo que não tenham a lei.

Eles mostram que os requisitos da lei estão escritos em seus corações, suas consciências também dando testemunho, e seus pensamentos às vezes acusando-os e outras vezes até defendendo-os. Então, parece haver a ideia aqui de que temos um senso natural, inato ou inato de certo e errado, de pelo menos as prescrições fundamentais para nosso comportamento, que mesmo aqueles que não têm exposição a uma revelação especial estão cientes, e, portanto, Paulo diz que essas coisas estão escritas nos corações, o que é uma metáfora bem conhecida. Então, vamos olhar um pouco mais de perto para um grande teórico da lei natural, Tomás de Aquino.

Ele divide diferentes categorias de lei. Ele nos fornece um pouco de taxonomia que é útil aqui. Sua definição geral de lei é uma ordenança da razão para o bem comum promulgada por alguém que cuidou de uma comunidade e, claro, isso pode ser aplicado e se aplica, em vários níveis, desde governos federais ou nacionais até governos locais, famílias e igrejas.

Mas a categoria mais abrangente de lei é o que ele chama de lei eterna, e isso é apenas a soma de todos os decretos de Deus que governam o universo, e a lei natural é aquele aspecto da lei eterna que é discernível pela razão. É aquele aspecto da lei eterna que podemos descobrir, por meio de nossa investigação racional, e

novamente, esse aspecto da lei eterna que podemos descobrir é voltado para o nosso bem natural, para nosso benefício, e isso inclui certos preceitos primários, que são, como tem sido chamado, princípios morais que não podemos não saber. Essas são coisas que não importa quem você seja, não importa quanta educação você tenha, assumindo que você seja basicamente cognitivamente funcional, você saberá, como que você deve buscar o bem e evitar o mal, você deve amar seu próximo.

Princípios morais que não podemos não saber. J. Budziszewski usa essa frase frequentemente em seu trabalho. Ele é um teórico contemporâneo da lei natural sobre o qual falaremos em um momento.

Então, há preceitos secundários. Essas são normas morais que são derivadas dos preceitos primários com aplicações que ainda são gerais, mas são derivadas dos preceitos primários, incluindo que não devemos mentir para as pessoas, e devemos dizer devolver o que pertence aos outros. Essas são aplicações gerais da ideia de buscar o bem, evitar o mal e amar o próximo, por exemplo.

Em terceiro lugar, há a lei divina, que é aquele aspecto da lei eterna que é encontrado ou expresso nas escrituras, e que inclui todos os tipos de coisas que vão além da lei natural que não poderíamos descobrir apenas por meio de investigação racional. Precisamos de uma revelação especial para isso. E então, finalmente, há a lei humana, que se refere às aplicações da lei natural à sociedade civil e talvez também às aplicações da lei divina.

Então, temos leis de trânsito, placas de pare, limites de velocidade e assim por diante. Elas são projetadas para preservar a vida e ajudar a sociedade a manter uma certa ordem e segurança. Elas certamente não são coisas que obteríamos das escrituras, mas são leis que melhoram a vida humana.

Há também leis que foram instituídas na sociedade que são basicamente aplicações diretas de leis bíblicas, como leis contra adultério que costumavam ser comuns nos Estados Unidos. Então, leis humanas podem aplicar certos insights da lei natural, lei divina ou ambas. Agora, nosso raciocínio ou nosso pensamento sobre a lei natural pode ser pervertido, obscurecido ou distorcido de várias maneiras, e Aquino identifica algumas dessas maneiras.

Uma delas é por meio da paixão, quando somos dominados por emoções fortes, como a raiva. Se alguém fez algo injusto com você, você pode reagir exageradamente e pensar que essa pessoa merece algum tipo de resposta que vai além da justiça real, e que sua raiva pode nublar seu pensamento, assim como paixões sexuais e outras paixões podem nublar nosso pensamento e obscurecer nossa compreensão da lei natural. Hábitos malignos também podem distorcer nosso pensamento sobre a lei natural.

Por exemplo, a visualização repetida de pornografia pode distorcer a compreensão de uma pessoa sobre moralidade sexual e lei natural, conforme se aplica a isso. Disposições malignas da natureza são outra categoria identificada por Aquino. Talvez uma predisposição genética ao alcoolismo. Existem certas raízes genéticas para essa tendência ou propensão.

Talvez isso se qualifique como um exemplo do que Aquino está falando aqui. Costumes perversos seriam outros, como crescer em uma sociedade que aprova certas formas de comportamento ilícito, como adultério ou promiscuidade sexual, ou acho que Aquino dá o exemplo de aprovações de suborno. Se a comunidade na qual você foi criado aprova certas formas de comportamento maligno ou imoral, então, na medida em que você é impactado por isso, isso pode distorcer sua compreensão da lei natural.

E então, finalmente, a persuasão maligna. Como uma pessoa pode ser convencida por certos argumentos filosóficos de que um tipo particular de comportamento é moralmente permissível quando não é, então seu pensamento sobre a lei natural é distorcido nessa medida. Esta lista provavelmente não é exaustiva, mas essas são algumas das maneiras que Aquino observa onde o pensamento sobre a lei natural pode ser pervertido.

Agora, há uma série de objeções que foram feitas em relação à lei natural e uma delas é que não pode haver lei natural porque não há princípios morais que possam ser rejeitados por alguém. Podemos sempre encontrar alguém que seja um defensor de algum comportamento muito perverso, você sabe, seja assassinato em massa ou estupro ou as piores coisas que podemos pensar. Podemos chamá-los de sociopatas, mas eles ainda estão por aí.

E como deveríamos responder a isso? Essa é J. Bochenski e sua resposta. Ele tem algumas respostas aqui. Ele diz que podemos saber coisas que não sabemos que sabemos.

E então, mesmo que uma pessoa possa negar, pelo menos tacitamente negar uma certa lei natural, isso não significa necessariamente que ela não conheça essa lei natural. Ela pode estar negando o que realmente sabe. Então, há coisas que podemos saber que não sabemos que sabemos.

E esse é certamente o caso em outras áreas, como na lógica. Uma pessoa pode conhecer a lei da não contradição, que diz que algo não pode ser e não ser ao mesmo tempo e no mesmo aspecto sem saber que ela sabe disso. Talvez levemos algum tempo para explicar a ela o conceito e ela diga, bem, sim, eu sabia disso.

Eu não sabia como isso era chamado. Então, há coisas que podemos saber que não sabemos que sabemos. E também é possível reprimir ou suprimir coisas que sabemos.

Então, mesmo que uma pessoa possa negar que todos os seres humanos têm direitos, que pessoas de todas as raças e ambos os gêneros têm os mesmos direitos, isso não significa que ela realmente não saiba disso. Ela está suprimindo ou reprimindo isso. Ela não está querendo reconhecer isso por uma razão ou outra.

E então, eles sabem disso, mas não querem admitir que sabem. Então, acho que essas são algumas respostas úteis para essa objeção. Outra objeção é que não pode haver uma lei natural porque as pessoas inventam novos valores.

Então Bochenski responde a isso observando que isso é simplesmente falso. As pessoas não podem inventar valores, pelo menos valores verdadeiros, assim como não podem inventar, digamos, uma nova cor primária. Pode parecer assim.

Eles podem falar em termos que podem soar persuasivos ao longo dessas linhas. Eu tenho um novo valor e então dou um nome a ele. Mas como Bochenski observa, isso é provavelmente, ou é apenas um novo rótulo para um valor verdadeiro antigo e bem conhecido.

Então é assim que ele responde a essas objeções. Então, para todos os insights da ética da lei natural, há certos limites. Um que foi notado é que ele fornece pouca ajuda em relação a certas questões ou dilemas morais específicos.

Por exemplo, a questão moral da justiça distributiva. Como bens e recursos devem ser distribuídos em uma sociedade justa? Legalização das drogas. Mesmo que as drogas sejam imorais, drogas recreativas, pelo menos se muitas delas forem imorais, a questão ainda permanece: essas drogas recreativas devem ser legais em uma sociedade pluralista? Questões como essa são difíceis em qualquer caso, e a ética da lei natural parece minimamente útil nesses casos.

E também, às vezes é difícil dizer se certas ações cumprem ou não o telos de alguém. Em conexão com isso, há a reclamação de muitos críticos da ética da lei natural de que só porque algo não é natural não significa que seja imoral, certo? Então, a língua não foi feita para lamber selos postais, por exemplo, ou envelopes. Mas isso não significa que seja imoral usar a língua para esse propósito.

Então, por extensão, precisamos ter muito cuidado com o que tentamos ler das funções corporais em termos do que é moralmente apropriado e do que não é. Só porque o uso mais natural ou óbvio de um órgão corporal em particular é uma coisa não significa que seja imoral usá-lo em outro contexto. Então esse é apenas um dos tipos de desafios permanentes na ética da lei natural.

Então, essa é a ética da lei natural.

Este é o Dr. James S. Spiegel em seu ensinamento sobre Ética Cristã. Esta é a sessão 8, Ética da Lei Natural.